



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 4 de fevereiro de 2013

A CRITICA Bancada do Amazonas prioriza Zona Franca de Manaus 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO É hora de abandonar o superávit primário, diz Nelson Machado 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO A economia com os juros foi usada para elevar o custo 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O TEMPO Rivais não temem possível promoção de Pimentel 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Polo Industrial de Manaus precisa garantir mercado doméstico, diz Périco 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Novo Porto de Manaus terá aporte inicial de R\$ 400 milhões, avalia Antaq 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO "Não haverá novo incentivo à indústria", diz Pimentel 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO Pimentel vê recuperação na indústria 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Bancada do <u>Amazonas</u> prioriza <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Os deputados federais e senadores do Amazonas querem acelerar projetos de leis que beneficiam a ZFM e tramitam desde 2011

ANTÔNIO PAULO

Banca do Amazonas no Congresso Nacional se reuniu, na semana passada, para ouvir pleito dos prefeitos do interior (Roque de Sá/ Agência Tempo)

A bancada de deputados e senadores do Estado do Amazonas no Congresso Nacional já elegeu a prioridade da ação legislativa em 2013: acelerar a tramitação de dois projetos que beneficiam a Zona Franca de Manaus (ZFM). São eles: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 103/11, que prorroga o modelo por mais 50 anos (2023 a 2073) e o Projeto de Lei 2.633/11, ampliando os benefícios da ZFM aos sete municípios da Região Metropolitana (RRM).

Para isso, os parlamentares da Câmara, com apoio da liderança do Governo no Senado, vão se articular junto à nova mesa diretora para criar a Comissão Especial que vai analisar a PEC da Zona Franca. O ato de criação dessa comissão foi assinado pelo presidente Marco Maia (PT-RS) em agosto do ano passado. No início do segundo semestre de

2012, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) chegou a dizer que as duas matérias tinham condições de serem aprovadas no Congresso até o final do ano passado, promessa não cumprida.

Neste sábado (2), o senador-líder classificou a PEC 103/11 como prioridade para este ano e que já tratou do assunto com os prováveis futuros presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, RENAN CALHEIROS, ambos do PMDB. “Essa será uma de nossas prioridades, com o apoio das lideranças no meu partido”, declarou.

Relator da emenda na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Henrique Oliveira (PR-AM) também aponta a PEC da Zona Franca com o foco do mandato dele em 2013. “Nesses primeiros meses dos trabalhos legislativos, toda a bancada do Amazonas deve se empenhar para instalar a Comissão Especial. Temos que nos mobilizar junto às lideranças para que os partidos indiquem seus membros”. Fazendo coro com Henrique Oliveira, os deputados Silas Câmara, Carlos Souza, ambos do PSD-AM, Praciano (PT-AM) e Sabino Castelo Branco (PTB-AM) também elegeram a PEC da prorrogação da Zona Franca de Manaus, por mais 50 anos, como bandeira de luta em 2013.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO É hora de abandonar o superávit primário, diz Nelson Machado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dois anos após deixar o governo, ex-ministro fala pela primeira vez sobre assuntos prioritários para a equipe econômica

BRASÍLIA

O **Governo Federal** poderia aproveitar a janela de oportunidade aberta pelas críticas à forma como a meta fiscal do ano passado foi atingida para, simplesmente, abandonar o superávit primário. Esta é a avaliação de Nelson Machado, ex-ministro do Planejamento e da Previdência Social, e que até 2010 era o número dois do **Ministério** da Fazenda.

Machado aponta o fato de que, em 2012, a redução da dívida líquida ocorreu mesmo com esforço fiscal muito inferior ao do ano anterior e, também, com ritmo mais fraco do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em 2012, a dívida líquida como proporção do **PIB** caiu de 37,1% para cerca de 35%.

Depois de um silêncio de dois anos após deixar o governo, Machado, hoje professor da FGV-SP, conversou com o Estado sobre assuntos que estão no topo da agenda de preocupações da área econômica do governo.

Para ele, "nada é imexível", a começar pelos pilares onde a política fiscal brasileira está sustentada há quase 15 anos. O governo acertou, entende Machado, ao propor a alteração do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por meio de projeto de lei complementar enviado ao Congresso nos últimos dias de 2012. O artigo "amarra" as desonerações tributárias, ao exigir que o governo eleve impostos sobre outros setores para compensar uma renúncia. "O **Brasil** era um País em 1999 e 2000, quando tomávamos recursos do FMI, e o **mercado** internacional levantava dúvidas sobre nossas contas. A situação mudou. Os instrumentos rígidos, que eram corretos naquele momento, podem ser mudados."

Pônei e camelo. Machado teme o tratamento que os parlamentares podem dar a projetos da União de mudanças na LRF e numa eventual proposta de mudança no superávit primário. "O governo envia um pônei e a lei volta em forma

de camelo." Conselheiro em comum das principais autoridades do **Ministério** da Fazenda, Machado entende que alterações na política fiscal são os grandes temas de 2013. "O **Brasil** precisa crescer, e precisa fazer isso com uma carga tributária muito menor. E isso o que tem sido feito, com **importantes** reduções de encargos na folha de pagamentos. Então, como se reduz o peso dos tributos no **Brasil** e, ao mesmo tempo, se persegue uma meta rígida de superávit primário?", questiona. Para ele, o governo poderia adotar uma contabilidade pública mais "sofisticada" do que a que prioriza a geração de caixa.

"O superávit primário é a geração de caixa, uma espécie de Ebitda (o lucro antes de descontar impostos, juros e amortizações das empresas). É **importante**? É claro, mas para o curto prazo. No médio e longo prazo, interessa ao **mercado** é o lucro, o dividendo da empresa. A geração de caixa pode ser driblada: se você tem uma meta, basta tomar decisões de última hora e atingir aquilo, mas não necessariamente essas decisões são **importantes** para o longo prazo", diz Machado.

Para ele, o governo deveria caminhar para a contabilidade tradicional das contas públicas, que leva em consideração receitas e despesas correntes. Desta forma, tal qual ocorre nos EUA, poderia trabalhar com um indicador de superávit ou déficit orçamentário. Para ele, o governo poderia fazer a mudança de forma gradual. Ao invés de abandonar imediatamente o conceito de superávit primário, poderia começar reduzindo a meta, hoje em cerca de 3,1% do **PIB**, para algo como 2,5% ou mesmo 2% do **PIB**, e, ao mesmo tempo, começar a contabilidade tradicional./ j.v.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO A economia com os juros foi usada para elevar o custeio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ofuscada pelos truques e artifícios contábeis utilizados pelo governo para fechar suas contas no fim do ano passado, uma boa notícia na área fiscal passou despercebida: os gastos com o pagamento de juros da dívida pública caíram muito em 2012, em comparação com o ano anterior, como resultado da redução continuada da taxa Selic pelo Banco Central.

A despesa do setor público com juros diminuiu de 5,71% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2011 para 4,85% do **PIB** no ano passado - uma expressiva redução de 0,86 ponto percentual do **PIB** ou R\$ 22,8 bilhões. A economia com juros foi maior do que o gasto no ano passado com o Bolsa Família, principal programa social do governo.

Este é um fato notável. Aos poucos, em ritmo às vezes considerado lento por alguns, a taxa real de juros brasileira vai se aproximando dos padrões internacionais e o gasto do setor público com o serviço de suas dívidas vai se tornando um peso menos opressivo para os contribuintes.

É **importante** não esquecer que a despesa com juros chegou a superar 9% do **PIB** na década passada, o que colocava o Brasil como um triste caso a despertar a curiosidade das demais nações. Essa é uma distorção que começa a ser corrigida.

A queda do pagamento de juros abriu um espaço considerável nas contas públicas, mas não se refletiu no principal indicador fiscal, que é o resultado nominal - critério utilizado pelos países desenvolvidos e por quase todos os emergentes, pois considera todas as despesas, inclusive as financeiras. O déficit nominal do setor público brasileiro saiu de 2,61% do **PIB** em 2011 para 2,47% do **PIB** no ano passado - uma redução de apenas 0,14 ponto percentual do **PIB**.

O déficit nominal nada mais é do que a despesa com juros menos o superávit primário. Se a despesa com juros caiu muito e não houve diminuição expressiva também do déficit nominal, a explicação é que o superávit primário foi reduzido.

Dito de uma maneira mais simples: o resultado fiscal registrado em 2012 mostra que a economia feita com a redução dos pagamentos de juros foi usada pelo governo para pagar outras despesas primárias.

A meta de superávit primário do setor público para 2012 era de 3,1% do **PIB**. O resultado obtido foi equivalente a 2,38% do **PIB**, segundo informou o Banco Central na semana passada. Mas se dessa conta forem excluídos os R\$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano do Brasil (FSB) - usados para aumentar o superávit do **Governo Federal** -, o superávit efetivo ficou em 2,1% do **PIB** estimado para o ano passado. Ou seja, o resultado fiscal ficou um ponto percentual do **PIB** abaixo da meta. O superávit primário caiu porque o governo elevou as despesas primárias.

A questão agora é saber em que foi usada a economia com os juros das dívidas. O economista Mansueto Almeida, em seu blog na internet, conta que a despesa primária federal cresceu de 17,52% do **PIB** em 2011 para 18,24% do **PIB** no ano passado - uma elevação de nada menos do que 0,72 ponto percentual do **PIB**.

O aumento, sempre em comparação com o **PIB**, ocorreu, segundo o economista, nas despesas com o INSS, com gastos sociais (transferências de renda, como o programa Bolsa Família, a Lei Orgânica de Assistência Social etc.), saúde e educação e o que ele chama de custeio administrativo, onde inclui os gastos com os subsídios do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e com as despesas de passagens aéreas dos servidores, entre outros.

Os investimentos em 2012 (excluindo desse conceito as despesas com o programa Minha Casa Minha Vida, considerado gasto de custeio) caíram, segundo Mansueto, em comparação com o **PIB**. Em 2011, os investimentos ficaram em 1,15% do **PIB** e, no ano passado, em 1,09% do **PIB**.

Ou seja, o espaço fiscal aberto pela queda da despesa com o pagamento de juros não foi ocupado pelos

investimentos em infraestrutura, tão essenciais para a retomada do **desenvolvimento**. O mais preocupante é que o aumento das despesas, na maioria dos casos, tem caráter

permanente, o que significa que o espaço fiscal já foi definitivamente ocupado.

	VEÍCULO O TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Rivais não temem possível promoção de <u>Pimentel</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A estratégia da presidente Dilma Rousseff de mudar o ministro Fernando Pimentel de Ministério para fortalecer a candidatura do petista ao governo de Minas, não é encarada com temor pelas siglas que irão concorrer ao pleito de 2014.

Na edição de ontem, O TEMPO mostrou que a presidente pretende transferir o ex-prefeito de Belo Horizonte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para outra pasta com maior visibilidade.

Para o presidente estadual do PSDB, deputado federal Marcus Pestana, a estratégia de Dilma não trará resultados positivos se a legenda não pensar primeiro em Minas. "O PT precisa recuperar sua unidade partidária no Estado", pontuou ontem.

Segundo Pestana, o PSDB está preparado para fazer frente ao fortalecimento do nome do ministro para o governo do Estado. "Nós temos um bloco de sustentação muito forte

desde 2002. Unimos forças partidárias que resultaram em três vitórias estaduais", destacou o tucano.

Já na avaliação do deputado federal Miguel Corrêa (PT-MG), a pasta do Desenvolvimento tem uma extensa agenda de trabalhos prevista para os próximos meses, o que garantirá destaque ao ex-prefeito. "É um ano importante para o Ministério e, conseqüentemente, para Pimentel".

Além do PSDB, que ainda precisa definir o nome do candidato ao governo de Minas em 2014, o PMDB também deverá ter candidatura própria. O senador Clésio Andrade é o mais cotado para disputar o posto pela legenda no ano que vem.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Polo Industrial de <u>Manaus</u> precisa garantir <u>mercado</u> doméstico, diz Périco		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MANAUS - Garantir o mercado doméstico é uma das melhores soluções para o Polo Industrial de Manaus (PIM). A avaliação do presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, acontece antes do resultado oficial da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O representante industrial estima, porém, que em geral, o ano passado foi cerca de 10% pior no setor do que em 2011.

“O polo de Duas rodas com toda certeza foi 20% pior, em comparação ao crescimento do ano retrasado. Isso cira um efeito dominó, pois temos outras empresas fornecedoras para a produção de motocicletas. O nível de emprego, seguramente, também caiu”, afirmou Périco. O empresário assinala o aumento nas vendas e produção de outros segmentos, como os de eletroeletrônicos e a linha de celulares e tablets.

Em 2013, é necessário buscar formas de atender ao mercado interno para o que é fabricado em Manaus. “O Governo Federal deveria aumentar o Imposto sobre Produtos Importados (IPI). Já houve mostras de auxílio, com a queda na conta da luz elétrica: isso nos trará maior ganho de produtividade”, salientou.

Ainda sobre a expectativa para este ano, o empresário reafirma outra medida em favor do mercado doméstico. As linhas de financiamento com maior facilidade, especialmente para as motocicletas de 125 e 150 cilindradas. Segundo Périco, os consumidores de duas rodas adquirem para trabalho (como motoboys e mototáxis) e que não têm condições de adquirir um carro.

Para Wilson Périco, a maior luta de 2013 é na busca de infraestrutura. Segundo o presidente, todas as obras realizadas agora são para ‘curar’ o problema, mas sem solução em médio e longo prazo. Ele vê a reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes como necessária, com a problemática de somente querer servir às necessidades da Copa do Mundo em 2014.

“Somos também dependentes de apenas dois portos. Por um, recebemos 60% de nossa demanda, e o outro completa os 100%. Se tivéssimos um terceiro ou quarto, a concorrência seria melhor. A consequência, neste caso, é geração de mais emprego e renda para Manaus e até as outras cidades brasileiras”, afirmou

Aprendizado

O ano passado foi de crise na indústria amazonense de um modo geral. A lição de 2012, conforme o presidente da Cieam, é de um Brasil apto a sair fortalecido na economia mundial. Para tanto, é preciso investimento externo, melhorias na infraestrutura e, principalmente, logística.

Sobre o Amazonas em particular, Périco ressalta a necessidade de o Estado não continuar sendo refém do Polo Industrial. “Temos que salientar outras matrizes econômicas, como o turismo, a atividade pesqueira e a exploração mineral, dentre outras atividades. E isso tudo não acontece da noite para o dia”, finalizou.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA
	TÍTULO Novo Porto de <u>Manaus</u> terá aporte inicial de R\$ 400 milhões, avalia Antaq	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS – Com investimentos iniciais previstos de R\$ 400 milhões, o novo Porto de Manaus será instalado na área pública da antiga Siderúrgica do Estado do Amazonas (Siderama) e vai inaugurar o novo modelo de concessões de Portos públicos do Governo Federal. Mas, por enquanto, aguarda a tramitação no Congresso da Medida Provisória (MP) 595/2012 que trata da modernização dos portos brasileiros.

A medida provisória apresentou mudança no modelo portuário brasileiro ao revogar a Lei 8.630/93, sendo considerada a alavanca para o recente **desenvolvimento** nos Portos do País, segundo informação do Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que fará a licitação dos novos portos. Contudo, a matéria ainda está no nível da Secretaria de Portos, que é responsável pelas políticas públicas na área portuária.

A expectativa da Antaq é publicar o edital ainda no primeiro trimestre de 2013. A agência é responsável pela licitação do Porto da Siderama anunciada em dezembro do ano passado pela presidente Dilma Rousseff. “O perfil de **Manaus** é de contêineres, principalmente para atender à **Zona Franca**, já que existem apenas dois terminais – Chibatão e Super Terminais- e eles estão saturados”, disse o diretor da Antaq, Pedro Brito, anunciando que esse será o primeiro edital. A expectativa do governo é que o novo Porto possa estar funcionando até o fim de 2014, movimentando 665 mil TEUs (contêineres de 20 pés) por ano.

Ministério garante Porto de Manaus revitalizado até 2014

Situado na Estrada do Paredão, no quilômetro 5 da rodovia BR-319, dentro do **Distrito Industrial de Manaus**, o novo Porto terá em sua primeira fase capacidade de movimentação de 500 mil TEUs e empregará aproximadamente 600 trabalhadores na fase de construção. Os investimentos previstos, ao longo de dois anos, são superiores a R\$ 450 milhões.

Brito que participou ativamente do desenho final das medidas anunciadas por Dilma no início de dezembro do ano passado, afirma que um decreto presidencial disciplinará questões ainda pendentes no pacote.

As questões abrangem pontos como o critério de seleção de projetos de terminais privativos onde houver demonstração de interesse de outras empresas, e do aumento do efetivo da agência em 30%, devido às novas atribuições que ela ganhou, como a de licitar todos os arrendamentos de terminais dentro dos portos públicos.

No prazo de 12 meses, a agência também fará a adaptação dos contratos de 129 terminais privativos às regras da MP 595, enviada ao Congresso para dar suporte legal às novas regras do setor portuário. No caso do Siderama, a SEP (Secretaria Especial de Portos), buscando ao mesmo tempo celeridade e transparência, optou por utilizar o mecanismo previsto no artigo 21 da lei de Concessões, Lei nº. 8.987/1995, por meio do qual os estudos e projetos vinculados à futura concessão poderão ser efetuados e ressarcidos posteriormente pelo vencedor da licitação, a ser efetuada pela Antaq.

O CAP (Conselho de Autoridade Portuária) do Porto de **Manaus** em sua 158ª reunião ordinária, realizada em abril de 2010, aprovou o novo Porto de **Manaus**, na área da antiga Siderama, zona de expansão portuária prevista no Decreto Presidencial de 30 de março de 2006.

Porto de Manaus. Foto: Divulgação/Porto de Manaus

Ressalvas

Para o secretário executivo adjunto de Planejamento do **Amazonas**, Ronney Peixoto, o novo Porto irá melhorar o fluxo e desafogar a demanda que hoje está bastante reprimida. Mas não será a única solução visando o planejamento de longo prazo do Estado. “Temos a intenção de instalar um terminal privativo nessa área, pois isso vai ser muito **importante** principalmente dentro da estratégia de alavancada do Polo Naval do **Amazonas**, um dos projetos estratégicos do Governo do Estado”, afirmou.

O representante do **Ministério** dos Transportes, Edison Vianna, soube que há uma possibilidade, dentro do novo marco legal para portos fluviais e lacustres, de trabalhar o terminal privativo seguindo o modelo das ECTs (Estações de Transbordo de Cargas).

Na opinião do presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval do **Amazonas** (Sindinaval/AM), Matheus Araújo, o novo Porto na área do **Distrito Industrial** por se tratar de uma opção adicional a ser utilizada, será **importante**, mas nasce já pequeno, com capacidade de atendimento reduzida diante da demanda. “Nós precisamos de mais Portos, pois nossa vocação é por água e já está comprovado cientificamente que através das hidrovias o custo é mais barato”, afirmou Araújo.

De acordo com o **Superintendente** adjunto de planejamento e **desenvolvimento regional** da **Suframa**, José Nagib, a autarquia não está alheia e tem largo interesse em difundir e debater o tema da logística. “Entendo que a discussão sobre logística nunca será unânime, mas ela é provocante e tem extrema relevância especialmente para a **Amazônia**”, afirmou Nagib.

Porto das Lajes

Previsto para ser inaugurado em 2013, ao custo de R\$ 200 milhões, o Porto das Lajes tem por objetivo melhorar a logística de escoamento da **produção** do **PIM** (Polo Industrial de **Manaus**). Em uma área de 600 mil m² e capacidade para movimentar 660 mil toneladas por ano. A administração do porto será da empresa Lajes Logística, de controle da empresa Log-In, com 70% das ações. Os outros 30% são da empresa Juma Participações.

Hoje o projeto continua suspenso em disputa judicial, o TRF-1ª (Tribunal **Regional** Federal da 1ª Região) manteve, em outubro de 2011, o tombamento do Encontro das Águas. A decisão tem impacto no processo de construção do Porto das Lajes, que segundo o presidente da Log-In, Vital Lopes, a

empresa nunca construiria o porto sem todas as licenças e autorizações necessárias.

O governo estadual entrou com ação judicial, questionando os trâmites processuais adotados pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para um projeto que poderia causar prejuízos econômicos. Em nota, a PGE-AM (Procuradoria Geral do Estado do **Amazonas**) argumenta que o governo não teve oportunidade de se manifestar de forma efetiva no início do processo administrativo, mas apenas na fase decisória. O MP (**Ministério** Público) obteve liminar no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a ação do Estado, suspendendo temporariamente qualquer obra na área tombada até o julgamento do mérito.

O tombamento protege o Encontro das Águas entre o rio Negro e Solimões um espelho d'água, marca mais visível do fenômeno, além de falésias das margens, os vestígios arqueológicos e fósseis, a cultura ribeirinha. E, foi fruto de reivindicação de ambientalistas e moradores de **Manaus** como forma de preservar a região, considerada cartão postal da cidade. O tombamento foi aprovado em novembro de 2010 pelo Iphan, a partir da determinação do local como patrimônio, nenhuma obra poderia ocorrer nas proximidades do Encontro das Águas.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO "Não haverá novo incentivo à indústria", diz Pimentel		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ao comentar a retração de 2,7% do setor em 2012, ministro afirmou que a tendência é de melhora este ano

Edla Lula, de Brasília

O governo não pretende criar novos planos para reverter o quadro negativo na **produção** industrial, que em 2012 amargou queda de 2,7 % a primeira desde 2009. Em entrevista ao Brasil Econômico, o ministro do **Desenvolvimento**, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, viu um dado positivo na pesquisa divulgada na sexta feira pelo IBGE.

"Em dezembro já houve uma recuperação na comparação mensal, o que significa que as medidas adotadas ao longo do ano de 2012 começaram a ter efeito já no último trimestre", afirmou **Pimentel**. O comentário se refere ao desempenho nulo no mês de dezembro, com parado ao anterior, quando houve queda de 1,3%. No último trimestre, a queda também foi menor, de 0,3% frente a 0,5% no terceiro trimestre.

O ministro não quis projetar um número para o ano que co meça "porque isto pode ser arriscado", mas acredita que esta performance se manterá ao longo de 2013, sem que haja necessidade de qualquer novo movimento do governo para estimular a **produção**. Ele acredita que ações como a redução na tarifa de energia e a desoneração da folha de pagamento darão impulso suficiente para a **produção** não continuar caindo. "Não há este risco", disse.

Não é o que pensa o chefe do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. "Não são medidas suficientes. O fato de estarmos num momento de muita frustração na economia mostra que muito ainda precisa ser feito", diz o economista.

Para a CNI, a queda na **produção** tem menos relação com a falta de demanda do que com o custo. "É preciso diminuir os custos para se produzir e criar um ambiente de previsibilidade para se fazer investimento." O economista pondera que as incertezas no campo tributário e na política

cambial travam as possibilidades de investimento. "O empresário precisa ter certeza de que terá os benefícios anunciados."

Prova das incertezas, diz Castelo Branco, é o resultado da **produção** de bens de capital, com queda de 11,8% segundo o relatório do IBGE. "O governo precisa criar um ambiente favorável para os investimentos", insiste.

O fraco desempenho de 2012 foi provocado principalmente pela indústria de automóveis, cuja queda foi de 13,5%.

Pimentel, na sexta feira, recebeu em seu gabinete o presidente da Anfavea, Cledorvino Belini, em reunião que durou cerca de duas horas. Para o Brasil Econômico o ministro afirmou que o governo não pretende promover novas desonerações para o setor. "Janeiro foi um mês muito bom para as vendas. Os estoques nas fábricas estão bem reduzidos. Significa que a **produção** vai aumentar", avaliou. Apressado ao entrar para a reunião, Belini limitou se a dizer que "os números de janeiro serão bem melhores". Na saída, recusou se a falar.

NO VERMELHO

Todas as categorias de uso da indústria caíram de **produção** em 2012

Bens de capital

Duráveis

Geral

Bens intermediários

Bens de consumo

Semiduráveis e não duráveis

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel vê recuperação na indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar da queda de 2,7% em 2012, ministro do Desenvolvimento diz ao Brasil ECONÔMICO que o setor mostra fôlego e não precisa de novas medidas de incentivo

“Não haverá novo incentivo à indústria”, diz Pimentel

Ao comentar a retração de 2,7% do setor em 2012, ministro afirmou que a tendência é de melhora este ano

Edla Lula, de Brasília

O governo não pretende criar novos planos para reverter o quadro negativo na **produção** industrial, que em 2012 amargou queda de 2,7%— a primeira desde 2009. Em entrevista ao BRA-SIL ECONÔMICO, o ministro do **Desenvolvimento**, Indústria e Comercio Exterior, Fernando **PIMentel**, viu um dado positivo na pesquisa divulgada na sexta-feira pelo IBGE. “Em dezembro já houve uma recuperação na comparação mensal, o que significa que as medidas adotadas ao longo do ano de 2012 começaram a ter efeito já no último trimestre”, afirmou **PIMentel**. O comentário se refere ao desempenho nulo no mês de dezembro, comparado ao anterior, quando houve queda de 1,3%. No último trimestre, a queda também foi menor, de 0,3%, frente a 0,5% no terceiro trimestre.

O ministro não quis projetar um número para o ano que começa “porque isto pode ser ar-riscado”, mas acredita que esta performance se manterá ao longo de 2013, sem que haja necessidade de qualquer novo movimento do governo para estimular a **produção**. Ele acredita que ações como a redução na tarifa de energia e a desoneração da folha de pagamento darão impulso suficiente para a **produção** não continuar

caindo. “Não há este risco”, disse. Não é o que pensa o chefe do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. “Não são medidas suficientes. O fato de estarmos num momento de muita frustração na economia mostra que muito ainda precisa ser feito”, diz o economista. Para a CNI, a queda na **produção** tem menos relação com a falta de demanda do que com o custo. “E preciso diminuir os custos para se produzir e criar um ambiente de previsibilidade para se fazer investimento.”

O economista pondera que as incertezas no campo tributário e na política cambial travam as possibilidades de investimento. “O empresário precisa ter certeza de que terá os benefícios anunciados.” Prova das incertezas, diz Castelo Branco, é o resultado da **produção** de bens de capital, com queda de 11,8%, segundo o relatório do IBGE. “O governo precisa criar um ambiente favorável para os investimentos”, insiste. O fraco desempenho de 2012 foi provocado principalmente pela indústria de automóveis, cuja queda foi de 13,5%. **PIMentel**, na sexta-feira, recebeu em seu gabinete o presidente da Anfavea, Cledorvino Belini, em reunião que durou cerca de duas horas. Para o Brasil ECONÔMICO o ministro afirmou que o governo não pretende promover novas desonerações para o setor. “Janeiro foi um mês muito bom para as vendas. Os estoques nas fábricas estão bem reduzidos. Significa que a **produção** vai aumentar”, avaliou. Apressado ao entrar para a reunião, Belini limitou-se a dizer que “os números de janeiro serão bem melhores”. Na saída, recusou-se a falar.